

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010854-65.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Exibição - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Juliana Luciano Miras**
 Requerido: **Jo Calçados**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos**

JULIANA LUCIANO MIRAS ajuizou a presente **MEDIDA CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS** em face de **JÔ CALÇADOS**, todos devidamente qualificados.

Aduziu, em síntese, que pretende a exibição de cópia autenticada dos “contratos e documentos que comprovem a exigibilidade e plausibilidade do débito apontado no SERASA” para que possa instruir possível ação judicial.

A requerida foi citada, contestou e apresentou documentos às fls. 25/35 e 54/62.

Às fls. 75/79 a requerente mostrou-se satisfeita com os documentos apresentados.

É O RELATÓRIO.**DECIDO.**

A presente medida cautelar tem caráter satisfativo. Sua finalidade é a exibição e posterior conferência de documentos que se encontravam em poder do requerido e são “comuns” ao autor, seu cliente/segurado.

Peticionando nos autos a postulada não negou o dever de exhibir, tão pouco a existência dos referidos documentos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Após a citação, compareceu e apresentou os documentos solicitados.

A autora tem legítimo interesse na aludida exibição, já que como dito, é cliente da ré.

A presente decisão tem assim conteúdo meramente homologatório, uma vez que não houve resistência efetiva da requerida contra o pedido inicial.

No mais, alcançada a finalidade sem resistência, não há que se falar em sucumbência.

Isso posto, **JULGO POR SENTENÇA** a presente ação e, isento a requerida do pagamento de encargos da sucumbência, na forma e condições acima.

P. R. I.

São Carlos, 08 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**